

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



Macaqueiro

Ano XV | Nº 72 | Set/Dez de 2015 | Tefé (AM) | Brasil | ISSN 2317-4587

Manejo para a sustentabilidade da floresta

O trabalho conjunto entre pesquisa e extensão vem colaborando para a eficiência do manejo florestal comunitário na Reserva Mamirauá

Nesta edição

Fato

Ciclo nutritivo do solo é monitorado por pesquisadores na floresta de várzea

03

Produzimos

Conheça as novas publicações do Instituto Mamirauá

04

A palavra é...

Meliponicultura

05

Projeto

Extratores florestais urbanos e rurais definem regimento interno para manejo na Reserva Mamirauá

06

Reportagem especial

Manejo para a sustentabilidade da floresta

08

Notas

Confira alguns de nossos destaques

13

Entrevista

Trabalho conjunto: uso do recurso aliado à conservação da floresta

14

Fotografia

No registro de Marcelo Ismar Santana, a várzea durante a seca na Amazônia.

16



Pesquisa com quelônios desenvolvida pelo Instituto Mamirauá é reconhecida com o Prêmio IGUi Ambiental. Confira na página 13.

Ciclo nutritivo do solo é monitorado por pesquisadores na floresta de várzea

Por Amanda Lelis

A dinâmica florestal da Amazônia possui uma série de características típicas. As chuvas, o relevo, a temperatura, os tipos de vegetação, entre outras variantes, interferem no retorno de nutrientes ao solo. Visando compreender o processo de ciclagem de nutrientes na floresta de várzea, pesquisadores do Instituto Mamirauá desenvolvem estudo sobre a produção de serapilheira em diferentes áreas na Reserva Mamirauá.

De acordo com a pesquisadora Fabiana Ferreira, do Instituto Mamirauá, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os objetivos do trabalho são quantificar e comparar a produção de serapilheira ano a ano, nos diferentes ambientes da Reserva, e também quantificar e comparar as taxas e a velocidade de decomposição durante o período da seca e da cheia. A serapilheira é a camada de cobertura do solo, formada por folhas, galhos, flores, frutos, sementes, e até resíduos animais que se depositam na região. E possui um importante papel no retorno de nutrientes ao solo, configurando-se como um dos principais componentes do ecossistema florestal.

“A serapilheira contém um estoque relevante de carbono, nela está acumulada uma quantidade até três vezes maior que na atmosfera. Esta camada possui o fundamental papel de regular o fluxo de carbono e nutrientes que se localizam entre a vegetação e o solo”, contou Fabiana.

Para realizar o estudo, foram instalados 60 coletores, dispersos em três diferentes ambientes da Re-

serva Mamirauá: várzea alta, várzea baixa e chavascal. Os coletores são monitorados mensalmente, quando o material é retirado para triagem e análise. O material é separado em frações, caracterizadas na pesquisa por folhas, galhos, material reprodutivo e miscelânea, para comparação da produtividade de cada ambiente.

A análise do primeiro semestre de 2015 demonstrou que o chavascal foi o ambiente de maior produtividade, seguido da várzea alta. No material coletado, a maior porção foi de folhas, seguida de galhos. A pesquisadora ressalta que “os resultados obtidos até o momento evidenciam a importância do estudo sobre a dinâmica da serapilheira no ambiente de várzea, já que podem contribuir para a elaboração de projetos

de manejo ou conservação”.

Outra etapa do projeto é o monitoramento da quantidade de matéria orgânica que é absorvida pelo ambiente. Para isso, foram instaladas 240 bolsas no período da seca, essas bolsas foram feitas de tela de nylon, preenchidas com 10 gramas de folhas. As bolsas foram deixadas em pontos específicos no chão da floresta. A cada mês, duas bolsas são recolhidas, limpas, secas e pesadas, para análise da quantidade de relocação de matéria orgânica para o solo. No início do período da cheia serão instaladas mais 300 bolsas de decomposição, para comparar a velocidade de decomposição nos períodos de seca e cheia. Essas ações são financiadas pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.



©Aline Fidelix

A equipe de pesquisa durante a instalação das bolsas na floresta

Confira as últimas produções científicas e técnicas do Instituto Mamirauá

Por Amanda Lelis

Jabuti na floresta inundada

Uma das únicas espécies terrestres entre os quelônios brasileiros, o jabuti-amarelo (*Chelonoidis denticulata*) também habita áreas que permanecem totalmente alagadas por quase cinco meses ao ano. Esse comportamento inédito foi divulgado no artigo publicado na edição de outubro da *Oryx*, revista científica internacional sobre conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais. O texto é assinado pelos pesquisadores do Instituto Mamirauá, Thaís Morcatty e João Valsecchi, e traz parte dos resultados de pesquisa científica realizada entre 2013 e 2015 nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, no Amazonas.



Cachorro selvagem é registrado por pesquisadores

Pela primeira vez, foi registrada a ocorrência do cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. O feito foi possível com a instalação de armadilhas fotográficas em diferentes pontos da Reserva localizada no município de Maraã, no Amazonas. Os resultados foram publicados em setembro em artigo no *Journal of Mammalogy*, da Universidade de Oxford. Os estudos foram realizados pelo pesquisador associado do Instituto Mamirauá, Daniel Gomes da Rocha. Além de Daniel, também assinam o texto do artigo Emiliano Esterci Ramalho, Guilherme Costa Alvarenga e Diogo Maia Gräbin, do Instituto Mamirauá, e William Ernest Magnusson, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).



Amazônia habitada: história contada pela arqueologia

A história da ocupação humana na Amazônia é datada de mais de 14 mil anos. Ao contrário do estereótipo de região intocada e com grande vazio demográfico, esse ambiente era diversamente ocupado antes da chegada dos europeus ao continente. O artigo "*The domestication of Amazonia before European conquest*", publicado em agosto na revista "*Proceedings of the Royal Society B*", traz algumas percepções sobre o assunto. Uma parte dos dados divulgados foi coletada em parceria pelas equipes de arqueologia do Instituto Mamirauá e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Entre os autores do artigo, está o arqueólogo Eduardo Góes Neves, professor da USP e parceiro do Instituto.



A palavra é... Meliponicultura

A meliponicultura é o nome dado para a atividade de criação de abelhas nativas sem ferrão, prática que os povos nativos já realizavam tradicionalmente na América há alguns séculos. Estudos e experimentações desenvolvidas possibilitaram a padronização das técnicas de manejo das abelhas nativas sem ferrão, com uso de caixas adaptadas para a atividade. As abelhas têm grande importância dentro dos ecossistemas, em razão do serviço ecológico de polinização, que elas realizam com eficiência, sendo uma das principais responsáveis pela reprodução e manutenção das florestas, além de proporcionar aumento da produtividade em sistemas agrícolas.

Aproveitando a grande diversi-

dade de espécies de abelhas do gênero *Melipona* que ocorre na Amazônia (conhecida regionalmente por “jandaíras”), alguns grupos vêm desenvolvendo a atividade na região do Médio Solimões por meio de informações e práticas acessíveis. Com a proposta de manejo participativo, o Programa de Manejo de Agroecossistemas do Instituto Mamirauá, desenvolve pesquisa sobre o tema e presta assessoria técnica às famílias que moram nas reservas Amanã e Mamirauá e seu entorno há seis anos.

A meliponicultura foi vista como uma eficiente alternativa para contornar questões recorrentes, tais como: 1. busca de colmeias em árvores na floresta sem o zelo com as abelhas, visando somente o mel;

2. perda de colmeias afetadas pela abertura de áreas para o estabelecimento dos cultivos agrícolas; 3. garantia da produção de mel e pólen contínua para suprir as necessidades de consumo das famílias e complementar a renda; 4. proporcionar a conservação das espécies de abelhas nativas.

Entender a relação das pessoas com as abelhas, a fim de valorizar as suas percepções, é fundamental para incentivar o envolvimento delas com a meliponicultura. As trocas de informações e experiências entre os meliponicultores e técnicos, para a adaptação das práticas, fortaleceu a autonomia dos produtores, tornando-os próprios agentes multiplicadores desse manejo na Amazônia Central.



“ Entender a relação das pessoas com as abelhas, a fim de valorizar as suas percepções, é fundamental para incentivar o envolvimento delas com a meliponicultura.

”

Jacson Rodrigues
Técnico do Programa de
Manejo de Agroecossistemas
do Instituto Mamirauá

Extratores florestais urbanos e rurais definem regimento para acordo de manejo

Por Amanda Lelis

Contra a exploração ilegal de madeira, extratores urbanos do município de Uarini (AM) e manejadores de madeira florestal da Reserva Mamirauá estão se organizando para definir o regimento interno de um acordo de manejo florestal madeireiro. Nos dias 22 e 23 de setembro, foi realizada parte das reuniões para discutir e definir as regras do regimento para o acordo, que será o primeiro desse tipo na região e vai permitir o manejo sustentável e a comercialização legal de madeira entre

as partes. Anteriormente, os produtos manejados eram comercializados para municípios localizados fora da Reserva.

O regimento interno é o conjunto de normas que irá nortear o desenvolvimento do acordo entre a Associação de Serradores e Moveleiros do Uarini e a Associação Comunitária Santa Luzia do Horizonte, da Reserva Mamirauá. Em março de 2015, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) concedeu a licença de operação para os

manejadores, que tem validade de dois anos. O documento autoriza a exploração de quatro espécies, que foram selecionadas pelos extratores e comunitários, dentro da área determinada pelo plano de manejo: a abiurana, o açacu, o louro inamuí e o mulateiro.

A partir de 2009, os dois grupos iniciaram as discussões para estabelecimento do acordo. E, desde janeiro de 2014, é construído o seu regimento interno. Para isso, os representantes estiveram envolvi-

Esse será o primeiro acordo entre uma associação de extratores urbanos e manejadores rurais da Reserva Mamirauá





“ A gente procura trabalhar sempre seguindo os três eixos da sustentabilidade: a parte econômica, que é o retorno que a comunidade tem e que ajuda a melhorar a qualidade de vida dessa população; a parte social, que é a organização deles para que o manejo florestal possa acontecer; e também a parte ecológica, que é trabalhar para que essa floresta dure por muito tempo. ”

Márcio Abreu
Engenheiro florestal no
Instituto Mamirauá

dos nos trabalhos de regularização das associações, participaram de treinamento e realizaram o levantamento de estoque da área que será manejada. Essas atividades foram acompanhadas pela equipe do Instituto Mamirauá, que presta assessoria técnica para a realização da atividade na região.

Márcio Abreu, engenheiro florestal no Instituto Mamirauá, ressalta que os trabalhos para realização do acordo, como é o caso dos diagnósticos dos municípios com interesse na iniciativa, vêm acontecendo há mais de cinco anos na Reserva. Ele também destaca que a iniciativa tem grande potencial para a conservação do recurso madeireiro, além de se configurar como uma maneira de legitimação da atividade do extrator urbano.

“A gente procura trabalhar sem-

pre seguindo os três eixos da sustentabilidade: a parte econômica, que é o retorno que a comunidade tem e que ajuda a melhorar a qualidade de vida dessa população; a parte social, que é a organização deles para que o manejo florestal possa acontecer; e também a parte ecológica, que é trabalhar para que essa floresta dure por muito tempo”, completou Márcio.

Cácio Vidal da Costa, um dos extratores urbanos de Uarini, comentou o seu ponto de vista sobre a atividade do manejo florestal. “A importância do manejo é que não vão derrubar madeira adoidado por aí, em todo canto. Nem derrubar árvore de qualquer grossura, ou de qualquer qualidade. Nessa área mesmo, a gente já não encontra mais uma árvore de cedro, ou de andiroba, como antigamente, já não

tem mais”, disse.

O engenheiro florestal do Instituto reforça que o acordo representa uma nova fase para a atividade do manejo florestal na Reserva. De acordo com Márcio, é um formato promissor na relação entre o extrator da cidade e o rural, não só pelo compartilhamento do recurso natural de uma unidade de conservação, mas também pela articulação local. “A iniciativa se reflete na oportunidade que é dada a esses trabalhadores de fazerem o manejo da forma correta, abrindo áreas legalizadas, tendo capacitações especializadas e orientações legais e jurídicas para a realização do manejo florestal, sejam moradores de dentro ou fora da unidade de conservação”, completou. Essas ações são financiadas pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.

MANEJO PARA A SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA

O TRABALHO CONJUNTO ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO VEM COLABORANDO PARA A EFICIÊNCIA DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA RESERVA MAMIRAUÁ

Por Amanda Lelis

Desde a implantação do Manejo Florestal Comunitário na Reserva Mamirauá, há quase 20 anos, pesquisas científicas são realizadas para monitorar o desenvolvimento da atividade e garantir sua eficiência, gerando uma alternativa de renda para a população local, sem o esgotamento do recurso. O Instituto Mamirauá presta assessoria técnica para as associações, com intuito de contribuir para a realização da atividade na região.

“Sempre, na exploração, está vinculado algum tipo de impacto. O que tentamos realizar, adotando as práticas de manejo sustentado é diminuir ao máximo esse impacto à floresta em pequeno, médio e longo prazo”, afirmou Claudio Anholatto, técnico em Manejo Florestal no Instituto Mamirauá.



© Franklin Pantoja

O manejo na região é classificado como “de impacto reduzido”, que utiliza técnicas que minimizam os danos à floresta

O manejo na região é classificado como “de impacto reduzido”, por utilizar técnicas que minimizam os danos à floresta, como a retirada da madeira pelos corpos d’água, no lugar da abertura de estradas e pátios para estocagem da madeira, a queda direcionada das árvores e adoção de técnicas silviculturais, e a ausência de grandes máquinas, como tratores.

O manejo é realizado na Reserva desde 1996 pelos moradores da área, com o apoio e assessoria técnica do Instituto Mamirauá. Esse trabalho conjunto foi possível tendo como base os resultados das pesquisas científicas realizadas desde 1993 na região. Esses estu-

dos monitoraram as atividades de extração de madeira tradicionalmente executadas pelos comunitários, considerando características biológicas e socioeconômicas. Outra parte dos estudos foi mapear a cobertura vegetal e realizar o inventário para conhecimento das populações e distribuição das espécies madeireiras na Reserva.

Em 1998, foram iniciadas as capacitações para a implantação do manejo e o mapeamento participativo no primeiro setor em que seria realizado, delimitando as áreas para o primeiro ano de manejo florestal. No ano de 2000, quando foi realizada a primeira comercialização de madeira proveniente



© Franklin Pantoja

O levantamento de estoque é uma das etapas do manejo, na qual os manejadores identificam, na área, as espécies com potencial de exploração



© Rafael Forte

As áreas onde o manejo é realizado são monitoradas pelos pesquisadores antes e após a exploração



de Manejo Florestal Comunitário, existiam cinco planos de manejo licenciados, que obtiveram o rendimento de R\$7.250,00, pela comercialização realizada por uma das associações comunitárias. Quatorze anos depois, o trabalho da equipe dos quatro planos de manejo licenciados na Reserva Mamirauá gerou renda de R\$ 202.544,09, pela comercialização da madeira.

Embora as legislações que orientam a exploração do recurso florestal madeireiro existam desde a década de 1960, a regulamentação da atividade na Amazônia é recente. O manejo florestal comunitário só passou a ser reconhecido em 1998, por meio de um decreto do Ibama. Já a instrução normati-

va que regulamenta o manejo em ecossistema de várzea foi publicada em 2010, a partir dos resultados das pesquisas realizadas pelo Instituto Mamirauá, em convênio de pesquisa junto ao Projeto Max Planck do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Claudio ressaltou que, antes da publicação da instrução normativa, a legislação vigente não atendia as especificidades do manejo florestal em ambiente de várzea. “Couberam muito bem essas pesquisas previamente realizadas, que demonstraram como funcionava a dinâmica do ambiente de várzea e como as espécies locais crescem de maneira diferente das espécies de outras áreas do estado. Elas têm

características diferentes, bem como sua exploração é realizada de maneira distinta. Então, não tinha porquê a legislação que regia a exploração dentro da Reserva ser a mesma que rege a exploração em ambiente de terra firme”, afirmou.

São muitas etapas para a realização do manejo. Entre elas, está o treinamento das equipes que participam do manejo, o zoneamento da área e mapeamento participativo, o levantamento de estoque, o licenciamento ambiental, concedido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), a exploração, até que seja realizada a comercialização, que deve seguir os princípios básicos estabelecidos na legislação.



Na Casa de Vegetação são realizadas pesquisas de germinação e recomposição florestal

E depois que é feita a exploração?

As áreas onde o manejo é realizado também são monitoradas pelos pesquisadores. No Instituto Mamirauá, o Grupo de Pesquisas em Ecologia Florestal busca caracterizar os diferentes ambientes de várzea quanto a sua composição

florística e estrutura da floresta, entre outros pontos, como destacou a pesquisadora Mariana Ferreira. “A análise destes parâmetros permite aos pesquisadores dizer qual o grau de preservação dos ambientes. E como a floresta responde, em qualidade e quantidade, aos ciclos de cheia e seca dos rios e assim pensar em estratégias que contribuam para minimizar os impactos gerados no manejo madeireiro”.

Entre as pesquisas realizadas pelo grupo, Mariana ressalta os projetos em andamento na insti-

tuição. “Como é o caso dos estudos voltados para a compreensão da regeneração natural dos ambientes de clareira pós manejo florestal. Também estudos de recomposição ambiental com mudas de espécies de várzea cultivadas em casa de vegetação e transplantadas em campo para experimentos de sobrevivência. E ainda os estudos de dinâmica florestal, que buscam investigar e comparar a resposta das florestas de várzea manejadas e não manejadas”, enfatizou. Essas ações são financiadas pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.



Na sede do Instituto, a equipe de pesquisa avalia espécies madeireiras de importância na região

© Everson Tavares

Para saber mais sobre o Manejo Florestal Comunitário recomendamos a leitura da cartilha “Princípios do Manejo Florestal”, produzida pelo Instituto Mamirauá em 2013. Acesse www.mamiraua.org.br/cartilha-principios-manejo

Boa leitura!



■ XVI Congresso de Primatologia

De 09 a 13 de novembro, foi realizado o 16º Congresso Brasileiro de Primatologia em Manaus. Durante o evento, que reuniu especialistas em primatas do Brasil e do exterior, pesquisadores do Instituto Mamirauá foram premiados pelos trabalhos apresentados, sendo: Prêmio Liza Veiga para Priscila Maria Pereira, uma das autoras do estudo “Caracterização do abate de primatas em comunidades tradicionais da Amazônia Central” e 3º lugar - Menção Honrosa para Fernanda Paim, uma das autoras do estudo “Monitoramento de uma espécie ameaçada de macaco-de-cheiro (*Saimiri vanzolinii*) em uma unidade de conservação na Amazônia Central”. Por Eunice Venturi

■ Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social

Com a proposta “Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros”, o Instituto Mamirauá, com mais duas instituições, foi finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2015. O Instituto foi reconhecido na categoria “Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária”. No dia 10 de novembro, Ana Claudia Torres e Isabel Soares estiveram em Brasília para receber a quantia de R\$ 25 mil em reconhecimento pela iniciativa, durante a cerimônia de entrega do prêmio. A tecnologia social apresentada retrata o ordenamento da atividade de ordenamento da atividade pesqueira na região do Médio Solimões, como medida compensatória às restrições previstas em planos de manejo de Unidades de Conservação. A adoção dessas medidas garantiu a recuperação dos estoques de pirarucu e a realização do manejo sustentável da espécie. Por Amanda Lelis

■ Prêmio IGUi Ambiental

O Instituto Mamirauá venceu o Prêmio IGUi Ambiental, que teve o resultado divulgado em outubro. A premiação foi pelo projeto “Tartarugas aquáticas amazônicas: a vida adaptada ao ciclo anual de cheias e secas dos rios”. Como prêmio, o Instituto recebe uma quantia que contribuirá para o financiamento de ações de pesquisas do grupo. A premiação, concedida pela empresa iGUi Piscinas, visa contemplar uma instituição que desenvolve projetos com temas como biologia aquática, contaminação ambiental, sustentabilidade econômica, e outros na temática de meio ambiente, água e conservação. Por Amanda Lelis

■ Green Talents

A técnica do Instituto Mamirauá, Paula Araujo, esteve entre os 27 jovens vencedores do *Green Talents*. O concurso é promovido anualmente, desde 2009, pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha. Entre os dias 17 e 31 de outubro de 2015, Paula esteve nas cidades de Dusseldorf e Berlim para participar de um fórum internacional sobre desenvolvimento sustentável, onde foi realizada a cerimônia de premiação. A segunda etapa do prêmio é um intercâmbio de três meses em uma instituição de pesquisa, que será escolhida pela vencedora. Paula trabalha há três anos no Instituto Mamirauá, como técnica do Programa de Manejo de Agroecossistemas. Atualmente, Paula, que é formada em medicina veterinária, desenvolve uma pesquisa para identificar e conhecer as características das plantas mais utilizadas na alimentação do gado, pelos produtores familiares de bovinos e bubalinos da Reserva Amanã (AM). Por Amanda Lelis



© Aline Fidelix

Trabalho conjunto: uso do recurso aliado à conservação da floresta

Texto e fotos Amanda Lelis

Cácio mora no município de Uarini, no Amazonas. Erick é morador da zona rural do mesmo município, na comunidade Santa Luzia do Horizonte. Os dois têm em comum o gosto pelo trabalho com madeira e a perspectiva pela continuidade da floresta de várzea. Desde 2014, estão trabalhando juntos, vinculados às associações que fazem parte, para a implementação de um acordo de manejo florestal comunitário. Em conversa com O Macaqueiro, eles falaram sobre o planejamento e a expectativa para a realização do acordo, que está sendo definido entre a Associação de Serradores e Moveleiros do Uarini e a Associação Comunitária Santa Luzia do Horizonte, da Reserva Mamirauá.

O Macaqueiro: Qual a sua experiência com o trabalho com madeira?

Cácio: Eu morava na comunidade Santa Luzia do Horizonte, tem 28 anos que vim pra cidade. Desde pequeno, eu trabalhei com meu pai com madeira, tirando madeira em tora e vendendo, tanto pra uso como pra comércio. Já tinha trabalhado duas vezes com o manejo. Qualquer tipo de móvel, canoa, ou casa, tudo eu sei fazer. Sempre trabalhei mesmo

com madeira, eu gosto.

O Macaqueiro: E o que vocês, da associação do município, esperam desse acordo?

Cácio: Tem muita espécie boa lá, tem mulateiro, louro, que a gente quase não acha nessas outras áreas. Aí a gente procurou nossos colegas, pra ajeitar o acordo com eles, em parceria com eles. A gente vai continuar, enquanto eles quiserem, estamos aí pra trabalhar junto, trocar experiência. O que eu quero é que dê certo o acordo, que a gente continue trabalhando. É bom quando a gente vê um amigo se dando bem, conseguindo aquele objetivo.



Cácio Vidal da Costa
Extrator florestal do
município de Uarini

O Macaqueiro: Por que decidiu fazer parte do manejo florestal?

Erick: É a primeira vez que vou trabalhar com manejo. O trabalho iniciou no ano passado, tivemos uma reunião pra ver quem ia participar. O manejo, pra gente, é de grande serventia. Você trabalha com a madeira toda documentada, você não tem medo de nada, de ter aquele prejuízo grande com apreensão, você trabalha tranquilo. E é um dinheirinho que vem pra gente. A gente trabalha muito, mas ajuda, ajuda demais. E pra fazer tudo isso tem que ter uma equipe, né.

O Macaqueiro: E como está o planejamento para o acordo com os extratores de Uarini?

Erick: Estamos todos juntos, animados. Se a gente faz o manejo e vende a madeira para o próprio município, aí vamos trabalhar com uma madeira de qualidade, toda licenciada, com o devido padrão, simplesmente isso. O acordo é bom porque a gente já tem um comprador certo, a madeira sai da comunidade e já vai direto. Depois que a associação estiver com tudo regularizado, a gente vai manter o foco pra que o manejo tenha aquela serventia pra gente, não só pra um, mas pra todos. Pra que, no próximo ano, a gente possa repetir, que possa existir por vários anos e melhora, né.

O Macaqueiro: Então você pretende continuar na comunidade, contribuindo para o manejo por muitos anos?

Erick: Claro! Lá, tudo é bom. Tem um peixe mexendo na água, até o ar é melhor, é muito rico, é bom demais. Espero um dia chegar na velhice, e quero que minha filha veja essa riqueza. No manejo, você só tira aquela madeira que você vê que tem futuro, que serve. E as outras deixa pra crescerem, anos e anos.

Erick Júnior
Lopes da Rocha
Manejador da comunidade
Santa Luzia do Horizonte



Fotografia

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



No registro de
Marcelo Ismar
Santana, a várzea
durante a seca na
Amazônia.

Curta o Instituto Mamirauá nas redes sociais:   | InstitutoMamiraua

Endereço para devolução: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Estrada do Bexiga, 2.584 | Bairro Fonte Boa | Cx. Postal 38 69.553-225 | Tefé (AM)

FUNDO AMAZONIA

 **BNDES**

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA